



Boletim Médico

Ano IV - Nº 24 - Novembro de 2011 - INFORMATIVO DAS ENTIDADES MÉDICAS DO ESTADO DO PIAUÍ

Impresso Especial
9912162037 - DR/PI
Sindicato dos Médicos do
Estado do Piauí
CORREIOS

- Relatório aponta que terceirização de hospitais custa mais caro – P. 4
- SIMEPI inaugura biblioteca física e virtual – P. 3
- Cartão associativo ganha novas parcerias – P. 9

MÉDICOS PARTEM EM BUSCA DO SALÁRIO MÍNIMO DA FENAM

P. 2



CRM PI

 **SIMEPI**
Sindicato dos Médicos
Estado do Piauí



ASPIMED

EDITORIAL

PRIMEIRO ANO DE GESTÃO:
LUTAS, CONQUISTAS E DESAFIOSLÚCIA SANTOS
PRESIDENTE DO SIMEPI

Em 18 de outubro de 2010, cerca de um ano atrás, cheguei à presidência do Sindicato dos Médicos, representando uma das categorias mais articuladas do Estado. Sabia das dificuldades e das duras batalhas que teria que pleitear, mas também sabia que a saúde do nosso país não podia mais esperar, que ela sucumbia e precisava da força dos médicos para se reerguer dignamente.

Com esse intuito nos empenhamos na luta pela abertura do Hospital Universitário, protestando in loco contra a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH; exigimos do Estado e da Prefeitura o cumprimento da Lei da Carreira Médica; conclamamos senadores e deputados piauienses a acompanhar de perto o andamento de diversos projetos de lei e emendas constitucionais como a PEC 29, que trata do financiamento da Saúde Pública, ato médico e carreira médica.

Além disso, foram realizadas jornadas médicas com o intuito de verificar as condições de funcionamento dos hospitais situados no interior do Estado, além de promover cursos de atualização para os médicos residentes no local em parceria com o Conselho Regional de Medicina e Associação Piauiense de Medicina, presidida pelo nosso saudoso Felipe.

Primamos em nossa gestão pela participação ativa de todos os membros do sindicato e pela interiorização da entidade através de representantes presentes nas mais diversas cidades para oportunizar a participação de todos de forma igual buscando a conquista dos objetivos de nossa categoria. Temos representantes regionais em Parnaíba, Flo-



riano, Corrente, Picos e São Raimundo Nonato, os principais pólos do Estado, permitindo um melhor acompanhamento da saúde e estreitando as relações entre médicos da capital e do interior.

Não obstante as investidas realizadas no setor público, o setor privado também foi alvo de atos firmes para resguardar os direitos médicos e especialmente da população, como as paralisações realizadas contra planos de saúde que se recusavam a firmar um acordo sobre os honorários

médicos e interferiam de maneira danosa na relação médico-paciente.

As ações sócio-culturais para o bem-estar da classe também foram prioridade neste primeiro ano de gestão. Foram inauguradas a Biblioteca Dr. Felipe Eulálio de Pádua e a sala Dr. José de Alencar Costa, oferecendo aos médicos sindicalizados acesso aos melhores acervos físico e virtual em saúde, e conforto no atendimento contábil e jurídico.

Também foi criado o Cartão Associativo do SIMEPI, que garante descontos especiais em empresas parceiras aos médicos sindicalizados, incluindo desde lavagem de carros a passagens aéreas e pacotes turísticos.

Agora vamos pleitear aquela que seria a maior conquista da classe médica que é o salário mínimo do médico, alcançando definitivamente o reconhecimento da nossa carreira e saindo, portanto da informalidade e ilegalidade a nós imputada de forma desonrosa.

Muito já foi feito, mas ainda há muito mais a se fazer. E sabemos que todas essas conquistas só foram possíveis porque contávamos com o apoio de uma categoria firme e unida. E é essa união que nos fará alcançar os objetivos almejados com muita luta e dedicação, porque saúde só se faz com dignidade.

Artigo

É chegada a hora...

LEONARDO EULÁLIO DE ARAÚJO LIMA
SECRETÁRIO GERAL DO SIMEPI

Após anos e anos de luta por uma remuneração digna e condizente com a responsabilidade de nossa profissão, a categoria chegou a conclusão de que é chegada a hora de cobrar de nossos gestores o salário mínimo preconizado pela Federação Nacional dos Médicos. Não se trata de um prêmio financeiro sem fundamento ou baseado na emoção. Trata-se da correção de um descaso histórico, tendo em vista a não atualização da lei que rege o salário da classe e a falta de empenho do poder público em olhar para a categoria que carrega em seus ombros o maior bem do ser humano: sua saúde.

Durante muito tempo combatemos duramente os vínculos precários e a má remuneração dos profissionais. Fizemos levantamentos, encomendamos estudos e após longas negociações conseguimos implantar a carreira médica no Piauí e em Teresina, garantindo à classe a incorporação da produtividade no salário, uma aposentadoria íntegra, progressão funcional e segurança jurídico institucional no exercício da profissão.

No entanto, apesar dos valores alcançados com a implantação da carreira médica serem melhores que os praticados à época, ainda estão aquém do que a classe necessita para garantir sua qualidade de vida e de seus entes. A lei que rege o salário mínimo dos médicos

entrou em vigor em 1961. De lá para cá nenhuma alteração foi feita. Não houve sequer correção inflacionária como ocorre com qualquer outra categoria.

Não podemos ficar inertes a esta situação que já se tornou insustentável. Respaldados pelas entidades nacionais e por decisão soberana da Assembleia realizada em outubro deste ano, encampamos agora a luta pelo salário mínimo preconizado pela FENAM, baseada na atualização da Lei 3999/61.

É importante que tenhamos consciência de que essa busca não é uma utopia. Ela é, sim, possível. Basta vermos o quanto evoluímos nos últimos sete anos. Em 2004, um médico se aposentava recebendo cerca de R\$ 436,77 (quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e sete centavos), e quando estava em atividade, os valores pagos não chegavam a R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Com a instituição da carreira, o médico aposentado passou a ter mais dignidade, podendo perceber até mais de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), o que representa uma conquista significativa para a classe.

É hora de agir e de exigir nossos direitos basilares. Essa não será nem a primeira nem a última peleja que travaremos em prol da nossa dignidade, mas com certeza entrará para a história pelo empenho, união e determinação dos médicos. Sozinhos pouco podemos fazer, mas juntos somos capazes de alcançar nosso intento. É PRECISO LUTAR. E A HORA, É AGORA!



Expediente

PROJETO GRÁFICO | Time Propaganda

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS |

Islândia Rocha – DRT 1554-PI e Denise Moura – DRT 1529-PI

COLABORAÇÃO | Meirelane Freitas – DRT 1081-PI

DIAGRAMAÇÃO | Tatiana de França – DRT 1121-PI

DIRETORIA DO SIMEPI TRIÊNIO 2010/2013

1. Presidente: LÚCIA MARIA DE SOUSA AGUIAR DOS SANTOS
2. Vice: EMMANUEL AUGUSTO DE CARVALHO FONTES
3. Tesoureiro: RENATO SOARES LEAL
4. Secretário: LEONARDO EULÁLIO DE ARAÚJO LIMA
5. Conselho Fiscal: JOSEMAR CARVALHEIRO LIMA

6. Conselho Fiscal: JOSÉ WILSON RODRIGUES
7. Conselho Fiscal: HIRACIO RIBEIRO DA SILVA
8. Suplente Conselho Fiscal: VALDEMIRA TEIXEIRA DE ANDRADE
9. Suplente Conselho Fiscal: JOEL CAMPOS NETO
10. Suplente Conselho Fiscal: GILVAN DE JESUS LIMA MALTA

11. Delegado junto a FENAM: MIGUEL AUGUSTO A. NOGUEIRA
12. Delegado junto a FENAM: LUCIA MARIA DO R. MEDEIROS
13. Suplente Delegado: WILTON MENDES DA SILVA
14. Suplente Delegado: RAMUNDO NOGUEIRA DE SÁ FILHO
15. Suplente Delegado: PATRICIA DÁLIA MEDEIROS

SIMEPI inaugura biblioteca física e virtual para médicos

No mês de setembro foi inaugurada na sede do Sindicato dos Médicos do Piauí a Biblioteca Dr. Felipe Eulálio de Pádua, que conta com um excelente acervo de livros e periódicos da literatura médica e sindical, além de uma biblioteca virtual com acesso aos melhores sites científicos de saúde.

A biblioteca virtual do SIMEPI oferece acesso rápido aos sites mais completos como o LILACS, IBECs, BIBLIOTECA COCHRANE, SCIELO E MEDLINE, que contam com artigos publicados no mundo inteiro. Também é disponibilizada a consulta a organismos internacionais como PAHO e WHOLIS.

Para solicitar artigos científicos basta que o estudante ou médico se dirija ao SIMEPI e solicite sua pesquisa através da biblioteca virtual. Os artigos são buscados nas bibliotecas de todo o mundo e enviados por e-mail ou impressos.

A Biblioteca Dr. Felipe Eulálio de Pádua funciona de segunda a sexta-feira, de 08:30 às 11:30 e das 14:30 às 17:30 horas.

Biblioteca do SIMEPI conectada com o mundo!



BIBLIOTECA FELIPE EULÁLIO DE PÁDUA

Espaço no Sindicato dos Médicos do Piauí homenageia o presidente da Associação Piauiense de Medicina. Aspimed

SERVIÇOS

Investimento nos núcleos contábil, jurídico e de comunicação

Visando oferecer mais comodidade e rapidez no atendimento, o SIMEPI vem investindo constantemente nos setores contábil, jurídico e

de comunicação, promovendo melhorias estruturais e contratando mais profissionais para atender a demanda.

No mês de setembro foi

inaugurada a sala Dr. José de Alencar Costa, que passou a abrigar o núcleo jurídico, a divisão contábil e a assessoria de imprensa do Sindicato dos

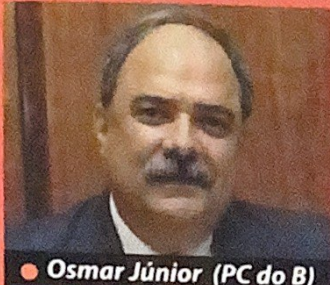
Médicos. Mais ampla e confortável, a sala conta também com equipamentos modernos que proporcionam mais agilidade nos trabalhos.

O núcleo jurídico passou a contar também com mais dois integrantes em sua equipe para acompanhar a demanda do Sindicato.

DEPUTADOS FEDERAIS DO PIAUÍ QUE VOTARAM A FAVOR DA CRIAÇÃO DA EBSERH



● Paes Landim (PTB)



● Osmar Júnior (PC do B)



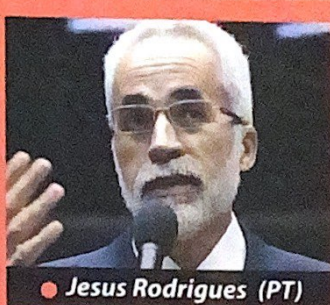
● Marcelo Castro (PMDB)



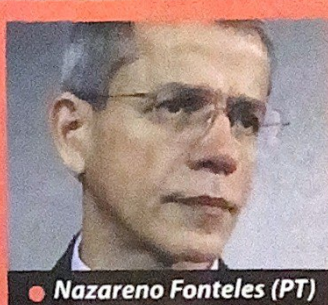
● Marlos Sampaio (PMDB)



● Assis Carvalho (PT)



● Jesus Rodrigues (PT)



● Nazareno Fonteles (PT)

Câmara dos Deputados aprova criação de empresa para gerir hospitais universitários

Câmara dos Deputados aprovou, por 240 votos a 112, o substitutivo do deputado Danilo Forte (PMD-CE) ao Projeto de Lei 1749/11, do Executivo, que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) para administrar hospitais universitários federais e regularizar a contratação de pessoal desses órgãos, atualmente feita por fundações de apoio das universidades em bases legais frágeis. A matéria deve ser analisada ainda pelo Senado.

Segundo o texto, a EBSERH deverá respeitar o princípio da autonomia universitária ao administrar os hospitais universitários federais. Ela será vinculada ao Ministério da Educação (MEC)

e controlada totalmente pela União. A empresa seguirá as normas de direito privado e poderá manter escritórios nos estados.

O governo argumenta que as fundações de apoio não conseguem atuar de forma complementar e alinhadas com as diretrizes governamentais e das instituições, provocando perda de capacidade de planejamento e de contratação de serviços.

O novo modo de administrar os hospitais baseia-se na experiência do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. A matéria chegou a tramitar na Câmara por meio da Medida Provisória 520/10, que foi aprovada, mas perdeu a validade quando estava em debate no Senado,

em junho deste ano.

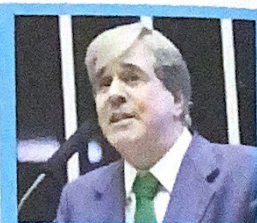
Os 53,5 mil servidores públicos que trabalham nos hospitais universitários federais poderão ser cedidos à nova empresa, assegurados os direitos e vantagens que recebem no órgão de origem.

No caso dos 26,5 mil funcionários recrutados pelas fundações de apoio das universidades, eles poderão ser contratados temporariamente por até cinco anos sob o regime celetista.

Se as contratações forem feitas para cumprir os contratos de administração com os hospitais, elas deverão ocorrer nos primeiros 180 dias da constituição da empresa, por processo seletivo simplificado.

Até o final desses cinco anos, todo o quadro de pessoal deverá ser contratado por concurso público de provas e títulos, ainda sob o regime celetista. Para valorizar o conhecimento acumulado do pessoal atualmente empregado que prestar o concurso, o projeto autoriza a contagem como título do tempo de exercício em atividades correlatas ao respectivo emprego pretendido.

A contratação precária dos trabalhadores pelas fundações de apoio foi condenada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2008, quando determinou ao Executivo a adoção de medidas para solucionar o problema legal.



● Hugo Napoleão (DEM) votou contra a criação da EBSERH



● Júlio César (DEM) se absteve

Relatório do Tribunal de Contas de São Paulo atesta que a terceirização de hospitais custa mais caro

A gestão da saúde pública por organizações sociais (OSs), adotada pelo governo paulista e que tem servido de modelo para outros estados, pode custar mais caro que o sistema da administração direta e apresenta alguns efeitos negativos na qualidade dos serviços.

É que demonstra um estudo produzido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE), que compara os dois métodos da administração.

O estudo do TCE paulista, do conselheiro Renato Mar-

Do ponto de vista do resultado econômico, os hospitais analisados custam 60 milhões de reais a mais nas OSs do que nas gestões diretas, uma variação de 38,52% de menor eficácia.

tins Costa, compara seis hospitais estaduais semelhantes no aspecto dos dois modelos diferentes, ou seja, geridos por OSs e pela administração direta do governo.

Fica claro, por exemplo, que os custos das OSs são mais altos, os doentes ficam mais tempo sozinhos nos leitos, a taxa de mortalidade geral é igual e maior e que há

uma ampliação da desigualdade salarial entre os trabalhadores. Enquanto os chefes ganham acima da média, os escalões inferiores recebem menos que seus pares dos hospitais geridos pelo estado.

Para ter uma ideia, do ponto de vista do resultado econômico, os hospitais analisados custam 60 milhões de reais a mais nas OSs do que

nas gestões diretas, uma variação de 38,52% de menor eficácia. Outro exemplo significativo: o custo do leito por ano nas OSs foi 17,6% maior que nos hospitais da administração pública.

Ainda com relação ao custo, um estudo complementar feito pela bancada do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo mostra que nos

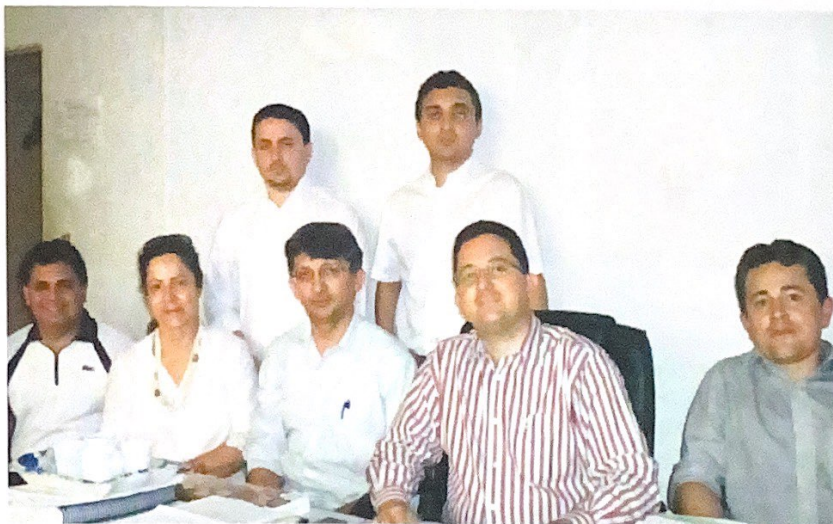
primeiros quatro meses de 2011 o déficit das OSs chegou a 15 milhões de reais. Dos 21 hospitais de OSs paulistas, nove tiveram déficits de até 43%. Alguns deles, inclusive, podem chegar à falência, como os de Pedreira Grajaú e Itapevi, de acordo com esse estudo. Também foram identificadas reduções nas quantidades de atendimentos públicos. "A falta de controle social alimenta o rombo que as OSs provocam nos cofres do estado, além de precarizar o atendimento à população", avalia o estudo a bancada.

REGIONAL

Carreira médica nos municípios: Picos sai na frente

Representantes do Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí - SIMEPI, Conselho Regional de Medicina - CRM e Associação Piauiense de Medicina - ASPIMED encaminharam no mês de janeiro de 2011 para o presidente da Associação Piauiense de Municípios - APPM, Francisco de Macêdo Neto, proposta para implantação do piso salarial para os municípios. Tendo em vista a unificação salarial que é de fundamental importância para a valorização dos médicos.

No mês de outubro o diretor regional do SIMEPI em Picos, Dr. José Almeida foi recebido pelo presidente da Câmara de Vereadores, Iata-



Anderson, que demonstrou apoio à categoria médica na luta pelo reajuste salarial para os médicos do PSF e a implan-

tação do Plano de Cargos e Salários.

Durante o encontro também estiveram presentes a

secretária de saúde de Picos Idelgardes Medeiros, a deputada estadual Tazmânia Medeiros, os vereadores José

Luis e Rinaldinho e o procurador de justiça de Picos, Agri-mar Rodrigues.

No início do mês de novembro aconteceu a primeira reunião com o procurador de justiça de Picos, Daniel Rêgo, quando foi apresentado o projeto para implantação do Plano de Cargos e Salários. Após análise e aprovação, o projeto seguirá para votação na Câmara de Vereadores.

A criação da carreira médica em todos os municípios do nosso Estado se reverteria em benefícios para a população com a ampliação do quadro de profissionais na cidade, elevando a qualidade da prestação de serviços.

Lideranças médicas discutem política



As Entidades Médicas do Piauí realizaram nos dias 01, 02 e 03 de setembro o VII Congresso Brasileiro sobre a Situação do Médico e III Fórum Médico-Jurídico que reuniu lideranças de todo o Brasil para discutir questões ligadas às políticas de saúde e às condições de trabalho atuais dos médicos.

Ao saudar os congressistas, o vice-presidente da Federação Nacional dos Médicos, Wellington Galvão, ressaltou a importância de se falar sobre a situação do médico tendo em vista o descaso dos gestores para com a saúde. "Temos que estar unidos para que a saúde seja financiada da maneira merecida e que os médicos tenham condições de atender a população da forma como ela necessita", enfatizou o médico.

A conferência de abertura, intitulada "A responsabilidade Médica na visão do CFM" foi realizada pelo presidente do Conselho Federal de Medicina, Roberto D'Ávila, que traçou um perfil do exercício da profissão desde a antiguidade até os dias atuais, discorrendo sobre as leis e códigos que regiam a ética no passado e o novo código de ética médica. Segundo o presidente do CFM é preciso diluir as responsabilidades. "Cada vez mais os médicos são vítimas de acusações e processos de erros médico, quando na verdade, muitas vezes a responsabilidade não cabe somente a ele. Temos que lembrar da presença de estruturas intermediárias entre médico e paciente", defendeu Roberto D'Ávila.

Na sexta-feira, os médicos e advogados das mais diversas localidades do Brasil voltaram a se reunir no Auditório do sindicato dos Médicos para tratar de temas relevantes para o exercício da Medicina como o que é permitido nas propagandas médicas, o



as de saúde em Congresso no SIMEPI

panorama nacional da carreira médica, a judicialização da medicina, a revalidação de títulos para estudantes formados no exterior, o regramento legal das fundações públicas, a terceirização dos serviços médicos e o programa de saúde da família como pré-projeto para a carreira médica no SUS.

As palestras foram seguidas de ricos debates, onde os componentes das mesas e o público puderam expor suas opiniões, proporcionando diversos olhares sobre os temas e contribuindo com alternativas salutares para os problemas apontados.

No sábado foram discutidos ainda temas como a instalação da carreira médica nos municípios como forma de fixação dos médicos no interior, com a presença dos promotores de justiça das cidades de Corrente e Picos; avanços e perspectivas da CBHPM; e a relação das cooperativas de trabalho com os médicos.

O presidente da Federação Nacional dos Médicos, Cid Carvalhaes, avaliou positivamente o Congresso, ressaltando sua importância no cenário nacional. "O Sindicato dos Médicos teve uma iniciativa muito feliz e ações muito concretas de trazer aqui as lideranças nacionais expressivas, os diretores da Federação Nacional dos Médicos, do Conselho Federal de Medicina e lideranças da área associativa. E isso mostra, claramente, primeiro: a grandeza, a força e a representatividade que o Sindicato dos Médicos do Piauí tem. Segundo, a propriedade de focar assuntos de tamanha importância neste momento no cenário de política médica e de saúde no país. E terceiro, a oportunidade que todos nós temos de revisar conceitos, atualizar informações e formatar novas opiniões. Um encontro dessa ordem só tem a somar", observou Cid Carvalhaes.

CONFIRA OS PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS DURANTE O EVENTO:

✓ PROPAGANDA MÉDICA

O Corregedor do Conselho Federal de Medicina, José Fernando Vinagre, discorreu sobre a legislação brasileira que normatiza a propaganda médica e a nova resolução do CFM. Segundo o médico, a legislação brasileira referente ao assunto é antiga, baseando-se em leis de 1932, 1942 e 1957. Por isso, o Conselho Federal de Medicina estabeleceu, este ano, a resolução 1.974/2011 que estabelece os crité-

rios norteadores da propaganda em medicina, além do Código de Ética Médica.

Passa a ser obrigatório nos anúncios de pessoa física o nome do profissional, a especialidade ou área de atuação quando registrada no CRM, o número de inscrição no CRM e o número de registro de qualificação de especialista, se o for. E nos anúncios de pessoa jurídica é obrigatório constar o nome e CRM do diretor técnico.

✓ CARREIRA MÉDICA

Outro ponto bastante discutido foi a necessidade da implantação de uma carreira médica de Estado para os médicos do SUS, como forma de fixar os médicos em locais de difícil provimento, tema da palestra do Presidente do Conselho Regional de Medicina de São Paulo, Renato Azevedo Júnior.

Atualmente, no Brasil inteiro persiste o problema da má distribuição de médicos, concentrados especialmente nas capitais, abrindo uma lacuna nas cidades do interior. Além disso, há uma ausência de plano de carreira, péssimas condições de trabalho, baixa remuneração e vínculos precários, em caráter temporário e sem concurso público, deixando os médicos extremamente vulneráveis.

Durante o Congresso foi apresentada a proposta de instituição de uma

carreira médica de estado nos âmbitos federal e estadual, garantindo a alocação de médicos em locais de difícil provimento, a perspectiva para o profissional de ascensão e promoção na carreira, dedicação exclusiva e em tempo integral ao serviço público.

Em 2009, os deputados Ronaldo Caiado e Eleuses Paiva apresentaram o Projeto de Emenda Constitucional 454/2009 para a criação de uma carreira médica de estado. No entanto, em julho de 2011, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça a retirada da matéria da pauta da Câmara dos Deputados.

Por isso é necessária a mobilização da categoria para pressionar os legisladores a dar continuidade às matérias que dizem respeito à saúde e ao médico.

✓ REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS

Destaque nos principais meios de comunicação, a revalidação de títulos para estudantes de Medicina formados no exterior também preocupa as entidades médicas locais e nacionais. Durante o VII Congresso Brasileiro sobre a Situação do Médico, o presidente da Associação Médica Cearense, Florentino Cardoso, discorreu sobre a necessidade de se modificar a forma como a avaliação é realizada.

"Defendemos que a avaliação seja realizada em etapas. Por exemplo, a

cada dois anos, o estudante seria avaliado para ter ciência do seu nível e poder adequar-se às exigências brasileiras. Ele não deve ser realizado apenas ao final do curso, até porque existem países cujas grades curriculares para medicina são bem diferentes da nossa, como Cuba, Argentina e Bolívia," ressaltou o médico.

A fiscalização e o acompanhamento dos médicos que se forma no exterior se faz necessária para garantir o bom serviço prestado à população, sem por em risco sua vida.

✓ JUDICIALIZAÇÃO DA MEDICINA

Com o crescente número de processos movidos contra médicos, tornou-se urgente a necessidade de alertar os médicos quanto aos procedimentos que devem ser adotados no dia-a-dia para a sua proteção no exercício profissional. Nesse sentido, o palestrante Lymark Kamaroff, advogado especialista em defesa médica, apresentou durante o Congresso as causas do aumento do número de processos e a necessidade de

munir-se documentalmente.

Ao preencher corretamente a ficha clínica do paciente, anamnese, a ficha de evolução do paciente, a solicitação de exames e demais prescrições e dar ciência ao paciente do termo de consentimento esclarecido e do contrato de prestação de serviço, o médico resguarda-se judicialmente e pode evitar chateações futuras. O profissional deve ser treinado e qualificado para enfrentar os problemas do cotidiano.

✓ CBHPM

O presidente da Associação Médica Cearense falou aos congressistas sobre os avanços da CBHPM. Criada, em 2002, com o objetivo de zelar por uma remuneração justa da categoria médica, a primeira edição da tabela da Comissão Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, encontrou barreiras para sua implantação.

No entanto, o passar dos anos mostrou uma evolução gradual na área. Em sua terceira edição a tabela contemplava 3.968 procedimentos, passan-

do para 4.025 na quarta edição, e 4.150 procedimentos na quinta edição.

Em 2009, a tabela da CBHPM foi utilizada na codificação da Troca de Informações em Saúde Suplementar e serve como base da Terminologia Unificada da Saúde Suplementar, listagem oficial da Agência Nacional de Saúde.

O Piauí já adota a tabela da CBHPM de 2010 nos acordos firmados com os planos de saúde para os valores de consultas e procedimentos. Acesse o site do SIMEPI e acompanhe o valor que os planos de saúde estão pagando.

Piauí é o primeiro Estado do Brasil a implantar a tabela da CBHPM 2010

CONVÊNIO	CONSULTA	DEFLATOR	VIGÊNCIA
AMIL	R\$ 50,00	10%	a partir de 01/03/2011
MEDPLAN	R\$ 55,00	28%	a partir de 01/10/2011
UNIMED	R\$ 54,00	28%	a partir de 01/03/2011
UNIPLAN	-	28%	a partir de outubro de 2011
HUMANA	R\$ 55,00	28%	a partir de 01/10/2011
MEDIAL	R\$ 50,00	10%	a partir de 01/03/2011

Artigo

Os limites para a publicidade médica

O Código de Ética Médica dispõe sobre a publicidade de assuntos médicos, mas o tema também se encontra previsto no Decreto Lei 20.931/32, Decreto Lei 4.113/42 e Lei 3.268/57 - todas elas são normas contêm orientações visando a evitar deslizes que possam comprometer a seriedade do trabalho.

Cumpra-se destacar, inicialmente, que o Código de Ética Médica tem como um dos seus princípios fundamentais a vedação do exercício da medicina como comércio e, nessa perspectiva, os anúncios médicos devem apenas tornar públicos os serviços prestados por profissional ou empresa, distanciando-se das práticas propagandísticas comuns no comércio de bens ou na prestação de serviços. A publicidade médica deve ser responsável e discreta, além de prezada pela privacidade das pessoas.

Não se pode olvidar, ainda, que o profissional pode oferecer métodos e recursos, mas não pode pro-

meter resultados porque o exercício da medicina assim não permite; além disso, diante da falsa promessa, o paciente terá sido enganado, gerando insatisfação e grave comprometimento da relação médico-paciente.

Ainda pelo Código de Ética Médica, ao médico não é permitido: tratar informações sobre tema médico de forma sensacionalista, divulgar tratamento que não tenha sido cientificamente reconhecido, realizar consulta por meio de veículo de comunicação de massa, anunciar títulos científicos que não possa comprovar, participar de anúncios de empresas comerciais valendo-se da profissão, apresentar como originais descobertas que não o sejam e deixar de incluir em anúncios profissionais seu número de inscrição em um CRM.

Também não é permitido: participar de anúncios de empresa ou produtos ligados a Medicina; expor a figura de seu paciente; anunciar técnicas exclusivas; participar de

consórcios; oferecer consultoria a pacientes e familiares; prometer, garantir ou insinuar bons resultados; a circulação do seu nome em matérias desprovidas de rigor científico; o anúncio de pós-graduação, exceto quando estiver relacionado à especialidade e área de atuação registrada no CRM.

A sua vez, durante entrevistas ou em publicações de artigos e informações ao público, não pode o médico fazer autopromoção, divulgar endereço e telefone, utilizar mídia para divulgar métodos e meios sem reconhecimento científico; adulterar dados estatísticos visando benefícios; veicular informações que possam causar intranquilidade; usar representações visuais que possam induzir a promessas de resultados; incluir seu nome em concurso para escolha de prêmios como: Médico do Ano; Destaque, Melhor Médico.

Além das regras citadas, os anúncios de pessoa física devem

conter obrigatoriamente o nome do profissional, especialidade e ou área de atuação, quando registrada no CRM; número da inscrição no CRM; e número de Registro de Qualificação de Especialista, se o for. Já nos casos de pessoa jurídica, Clínicas, Hospitais, Casas de Saúde, Entidades de Prestação de Assistência Médica devem apresentar sempre o nome e CRM do Diretor Técnico responsável.

Para dar efetividade às previsões acima citadas, cada Conselho Regional deve manter uma Comissão Permanente de Divulgação de Assuntos Médicos (Codame), responsável por convocar médicos para esclarecimentos e determinar a suspensão de anúncios; além de responder a consultas sobre o tema.

Importa destacar que, além do necessário distanciamento da mercantilização, a medicina deve ser exercida sempre de forma séria e com o respeito que a matéria impõe. Os limites da publicidade ora discorridos sem sombra

de dúvidas preservam a ética. evitam constrangimentos e resguardam a relação médico-paciente. Por outro lado, o descumprimento dessas normas pode levar o médico a responder a processos ético-profissionais que podem resultar em condenação por infração ao Código de Ética, com a aplicação de sanções, razão pela qual a classe, mesmo quando confie a elaboração de anúncios por profissionais de comunicação, deve atentar para as prescrições contidas nas normas vigentes, mantendo-se coerente com os preceitos citados.



LÍLIAN ÉRICA RIBEIRO, Advogada, Esp. em Direito Constitucional pela Universidade Cândido Mendes - RJ



SIMEPI oferece gratuitamente cartão associativo com descontos

O Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí – SIMEPI disponibiliza para os médicos sindicalizados o cartão associativo que oferece descontos especiais em diversos tipos de serviços.

Para o médico que já é sindicalizado adquirir o cartão associativo basta se dirigir até a sede do SIMEPI portando uma foto, número do CRM, RG e CPF, que receberá sem pagar nada o seu cartão. Ao se sindicalizar, o médico recebe automaticamente o seu cartão de descontos.

Os descontos são oferecidos por meio de parcerias com empresas de diversos setores e que podem chegar até 50%. Além de contar com um Sindicato que luta pela categoria, os médicos ainda ganham muitas vantagens. Não deixe de se associar.

Para ganhar os descontos abaixo, basta apresentar o seu cartão SIMEPI em uma das empresas da rede conveniada.

EMPRESAS PARCEIRAS

ÓTICAS CAROL

Descontos de 20% sobre o valor dos produtos.

SESC - PIAUÍ

Utilização de todos os serviços e atividades oferecidas com descontos especiais para conveniados.

TEC LIFE – CORRETORA DE SEGUROS

Médicos que se filiam ao SIMEPI ganham automaticamente um ano de seguro de vida gratuito.

TAM LINHAS AÉREAS

Desconto nas passagens aéreas em horários de pico 6% e em baixa procura 8%.

LAVANDERIA SÁSEC

Desconto de 10%.

VIA PERSONAL

50% na instalação dos rastreadores.

TAM CARGO

O desconto de 10% para o TAM Cargo Próximo Voo e de 15% para o TAM Cargo Próximo Dia.

BANCORBRÁS

15% na taxa de adesão e 5% nos pacotes da Bancorbrás e turismo.

NISSAN

6% a 9% dependendo do modelo escolhido.

PRÁ LIMPAR – LAVAGEM DE AUTOMÓVEIS

Lavagem completa R\$ 15,00 para carros pequenos e R\$ 25,00 para carros de grande porte.

OS PLANOS DE SAÚDE: Os médicos e a sociedade

SAMUEL RÉGO

PRESIDENTE DA COMISSÃO ESTADUAL
DE HONORÁRIOS MÉDICOS - CEHM

No dia 07 de abril de 2011, médicos de todo o Brasil suspenderam o atendimento à todos os planos de saúde do país. Este dia certamente, ficará registrado como um Marco Histórico na luta dos médicos por uma saúde suplementar mais digna. Contudo, esse foi apenas o começo de uma longa jornada.

A partir de então, várias paralisações vem sendo deflagradas nos mais diversos Estados brasileiros declarando a insatisfação dos profissionais com os baixíssimos honorários recebidos pelo árduo trabalho que desempenham. Isto é uma evidência de que os médicos vem tomando consciência do seu valor e que é inconcebível à forma como vem sendo tratados pelas operadoras de planos de saúde.

No Piauí não tem sido diferente, vimos enfrentando grande resistência das operadoras a negociarem uma forma justa de remunerar o nosso trabalho. Mas, não há dúvida de que já galgamos alguns avanços importantes. Conseguimos, finalmente, atualizar a tabela CBHPM para o ano vigente (2010) com uma boa parte dos planos. Porém, ainda não com todos. O grupo UNIDAS foi o único que ainda não sinalizou positivamente no sentido de evoluir na CBHPM, apesar da grande paralisação que realizamos recentemente em 21/09/11. Exatamente por isto, teremos uma nova paralisação de 07 dias que será iniciada nas próximas semanas.

Outra questão importante é sobre a interferência que as operadoras vem exercendo no ato médico. Em 2007 o CMF publicou a resolução

1.819/2007 que proíbe a colocação do diagnóstico codificado no preenchimento das guias da TISS de consulta e solicitação de exames. No entanto, os planos glosam o pagamento da consulta ou do procedimento caso não seja colocado o diagnóstico. Outro ponto é sobre o que dispõem a resolução do CFM 1.958/2010 que define e regulamenta o ato da consulta médica. De acordo com essa, apenas o médico pode definir se o retorno do paciente é uma complementação da consulta anterior ou se constitui uma nova consulta.

Art. 3º Nas doenças que requeram tratamentos prolongados com reavaliações e até modificações terapêuticas, as respectivas consultas poderão, a critério do médico assistente, ser cobradas.

Ainda assim, as operadoras ferem cotidianamente esta regra e se negam a remunerar o médico que atenda novamente seu paciente no prazo de 30 dias após uma outra consulta.

Em contrapartida, a responsabilidade e as cobranças sobre a qualidade da atenção e da assistência aumentam geometricamente. Impõe-se que o médico faça, cada vez mais, com cada vez menos. Dessa forma, todos, menos as operadoras de planos de saúde, saem perdendo. Quer dizer, os atores principais da relação médico-paciente são os menos contemplados pelo sistema que eles sustentam.

O resumo da ópera é que nem os médicos e nem a sociedade se calam diante desta situação insustentável. Estaremos juntos incansavelmente na busca de uma saúde suplementar mais democrática, mais digna e com mais qualidade.



AVANÇOS

A Comissão Estadual de Honorários médicos fechou, no mês de setembro, acordo com três planos de saúde UNIPLAM, HUMANA SAÚDE e MEDPLAN.

Ficaram acertados novos valores para consultas, procedimentos médicos e UCO.

A partir do dia 01 de outubro, o valor

das consultas pagas pelos planos HUMANA SAÚDE e MEDPLAN aos médicos será de R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais). O valor deverá passar por novo reajuste em abril de 2012.

O plano de saúde UNIPLAM fechou acordo passando a adotar a tabela CBHPM edição 2010 com deflator de 28% para os procedimentos médicos.

As negociações com as outras operadoras de planos de saúde prosseguem.

CRM/PI oferecerá novos cursos



O Conselho Regional de Medicina do Piauí já começou a programar o ano de 2012. E, como um de seus projetos significativos é o Programa de Educação Continuada, quando a diretoria irá ampliar a oferta de cursos aos médicos generalistas.

Serão oferecidos dois novos cursos. O I Curso de Saúde Família direcionado aos profissionais de saúde da família, promovendo o aprimoramento da gestão e da organização dos serviços de Atenção Primária à Saúde e o I Curso de Medicina Intensiva voltado para os médicos que atuam no atendimento em Urgência e Emergência, e em hospitais com leitos semi-intensivos e intensivos.

Ambos acontecerão no primeiro

semestre de 2012 e terão carga horária de 90 (noventa) horas/aula. "A ideia surgiu das dúvidas dos participantes dos cursos que oferecemos. Muitas vezes, durante as aulas os professores são questionados sobre assuntos que devem ser abordados em outras áreas, como por exemplo, saúde pública e epidemiologia, que fará parte do programa do curso de Saúde da Família", explica o coordenador Gerardo Vasconcelos.

Ele informou que a programação está sendo elaborada e que o período de inscrição de cada um dos cursos será divulgado através da imprensa local, no site da entidade, no Boletim Médico e por correspondência enviada a todos os médicos inscritos no Conselho.

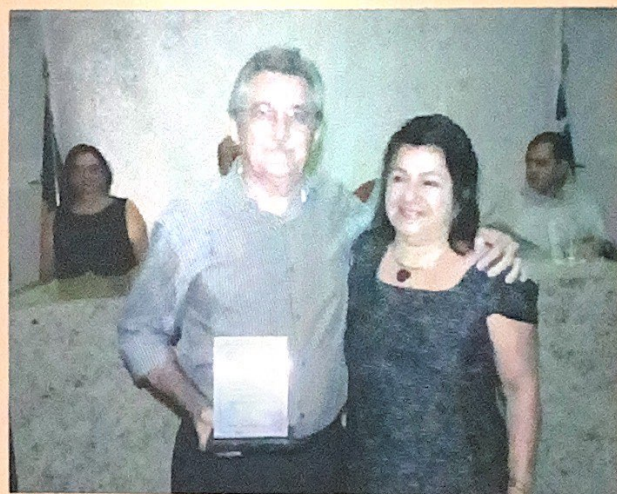
Conselheiro se despede do CRM/PI

A noite do dia 24 de setembro, a sede do Conselho Regional de Medicina do Piauí foi marcada por solenidades de agradecimentos e valorização à amizade. O conselheiro, ex-vice corregedor e ex-vice presidente, Herbert de Sousa Marques deixou o CRM/PI, e neste dia, recebeu uma Placa de Honra ao Mérito por sua dedicação à entidade nos últimos anos.

Na ocasião, ele agradeceu a amizade de todos, conselheiros e funcionários, e lembrou-se de alguns acontecimentos e eventos, onde teve a oportunidade de crescer enquanto profissional e

ser humano. "Foram vários anos de muito conhecimento na área médica e jurídica, pois na função de vice-corregedor eu devia acompanhar os processos, fazer sindicâncias e não é nada fácil. Estou deixando as atividades, mas nunca deixarei a entidade, pois como o Fernando sempre fala essa é a nossa casa", despediu-se o ex-conselheiro.

Na mesma noite, também, ocorreu a solenidade de oposição da fotografia do ex-presidente do CRM/PI, Wilton Mendes, na sala Lineu da Costa Araújo, que foi presidente por quatro anos.



CORREGEDOR PARTICIPA DE SESSÕES DE JULGAMENTOS DO CFM

O conselheiro e corregedor do CRM/PI, Dagoberto Barros da Silveira, participou de sessões de julgamentos do Tribunal Superior de Ética Médica, realizadas no período de 28, 29 e 30 de setembro, no Conselho Federal de Medicina.

O Conselho Federal de Medicina convocou os conselheiros/corregedores de todo país para participar das sessões com o objetivo de pro-

mover a atualização e a integração do setor, visando agilizar o trabalho das corregedorias e unificar os procedimentos. "Foi uma ótima oportunidade de atualização. Os conselheiros pediram orientações para dirimir as dúvidas encontradas em processos ético-profissionais", afirma o corregedor, Dagoberto Barros da Silveira.

Os corregedores assistiram às reuniões do pleno e de câmaras técnicas "como ouvintes"

para conhecer todos os procedimentos que permeiam em um julgamento. "Observamos que o Piauí se encontra em situação privilegiada em relação aos outros estados no que diz respeito à organização dos processos ético-profissionais. Mas, estamos pecando em relação ao tempo hábil de conciliação de processos e tentaremos resolver este ponto negativo".



Emenda 29 é aprovada pela Câmara dos Deputados e segue para o Senado

O projeto de regulamentação da Emenda 29, que trata do financiamento da saúde pública, considerado um investimento por parte da União, Estados e municípios foi aprovado no dia 21 de setembro pelo plenário da Câmara dos Deputados.

O próximo passo será a apreciação no Senado. Os parlamentares vão poder votar o projeto original ou o texto enviado pela Câmara dos Deputados.

No Projeto de Lei do Senado (PLS) 121/2007, a União é obrigada a investir o equivalente a 10% de suas receitas correntes brutas com

Saúde. Pelo texto da Câmara, a União deve gastar com Saúde tudo o que foi empenhado no ano anterior, mais a variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB).

Sem prazo para ser votado, a expectativa é que o projeto seja regulamentado ainda esse ano, devendo ser analisado por no mínimo três comissões do Senado.

Um levantamento divulgado ainda no mês de setembro mostrou que 53% dos 81 senadores são favoráveis ao aumento de gastos do governo com o setor, sem a criação de um novo imposto para financiá-lo.



Filie-se ao SIMEPI

O Sindicato dos Médicos está de portas abertas para receber você. Com a sua participação, o sindicato ganha força na luta em defesa da categoria. Preencha sua ficha de inscrição na sede do SIMEPI, localizada na **Rua Paissandu, nº 1665, Centro. De segunda a sexta, das 8 às 18 horas.**

SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SIMEPI

- Assessoria Jurídica
- Assessoria Contábil
- Assessoria de Imprensa
- Convênio com
- Curso de Inglês
- Seguradora de Vida
- Convênio com Seguradora de Carros
- Convênio com a UNIMED - Plano de Saúde

SERVIÇOS CONTÁBIL

A Assessoria Contábil do SIMEPI está disponível para a classe médica e oferece, dentre outros, os seguintes serviços:

- Abertura de empresas;
- Escrituração contábil, fiscal e setor pessoal;
- Elaboração do livro caixa;
- Elaboração da declaração de imposto de

renda;

- Orientação e emissão das contribuições e tributos.

A Assessoria Contábil do SIMEPI faz um acompanhamento personalizado, pois dispõe de um profissional exclusivo em sua sede, pronto para lhe atender.

